

**CARAVANA 100 - EDITORIAL**

Este número da Caravana, não podia deixar de ser uma edição charneira entre o passado, o presente e o futuro da vida das comunidades ciganas no seio das outras culturas que as acolheram e/ou onde vivem. O passado começa por estar representado na celebração dos 50 anos do célebre Congresso Internacional de Londres de 1971, que ocorreu no passado dia 8 de abril. Aí foi de alguma forma proclamada pelos próprios representantes internacionais ciganos, a “constituição” do povo cigano enquanto detentor de uma identidade cultural própria, aí foi adotado o nome de Roma ou Rroma, foi escolhida a sua bandeira e aprovado o seu hino Gelem Gelem em Romani: Caminha, Caminha. Mas o passado das populações ciganas tem outros aspetos infelizmente bem dramáticos, como o testemunha o extenso artigo de Rafael Jesus que este número da Caravana começa a publicar.

O presente das populações ciganas está bem caracterizado: no notável número do Jornal da Nossa Terra da ADC Moura (Associação para o Desenvolvimento do Concelho de Moura) totalmente dedicado à população cigana e que também apenas começamos a referir neste número; na entrevista a Cátia Montes no de dezembro da Newsletter do OBCIG (Observatório das Comunidades Ciganas); na esclarecida Nota da CNJP (Comissão Nacional Justiça e Paz) intitulada “Por uma cidadania plena” e na entrevista da ONPC inserida no Caderno da Editorial Cáritas sobre a Encíclica Fratelli Tutti.

Para o futuro das populações ciganas, particularmente na Europa, foi importante a adoção do Pilar Europeu dos Direitos Sociais no qual se fundam orientações muito importantes, tais como o Novo Quadro Estratégico da UE para a Igualdade e a Participação dos Ciganos 2020-2030 e a novíssima Recomendação do Conselho sobre igualdade, inclusão e participação das populações ciganas de 12 de março de 2021, a qual foi objeto de uma Conferência internacional online, promovida pela Presidência Portuguesa do Concelho da UE em 15 de abril, no fecho desta edição da Caravana. Esta Recomendação é, de facto, uma série de 108 recomendações aos Estados Membros, focando objetivos horizontais para a igualdade, inclusão e participação e sectoriais nos domínios da educação, emprego, saúde e habitação,

focando ainda a necessidade de parcerias, incluindo com a sociedade civil e da cooperação transnacional, o financiamento e a monitorização da implementação das Estratégias Nacionais para a Inclusão das Comunidades Ciganas; na conclusão fazem-se três recomendações à própria Comissão. Resta-nos esperar e trabalhar, para bem da tão ansiada, como protelada inclusão das populações ciganas na corrente da prosperidade do mundo moderno, que se passe de recomendações para a implementação controlável, para que as diferenças abissais de agora e a estagnação dos níveis de inclusão e de igualdade cívica, se vão rapidamente reduzindo.

Francisco Monteiro